



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011268-51.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Obrigações**  
 Requerente: **Gerdau Comercial de Aços Sa**  
 Requerido: **Poligran Construção e Incorporação Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

A autora Gerdau Comercial de Aços S/A propôs a presente ação contra a ré Poligran – Construção e Incorporação Ltda – ME, pedindo que seja decretada a falência, por falta de pagamento contrato de confissão de dívida no valor atualizado de R\$ 43.638,69.

Citada (folhas 74), a ré não apresentou resposta (folhas 75) nem pagou o débito (folhas 75).

A autora, por conta disso, pede a quebra da ré.

É o relatório. Fundamento e decido.

Para que se encontre caracterizado o comportamento descrito no artigo 94, I, da Lei de Falência, e, portanto, seja cabível a instauração de execução concursal por falência, é necessário que a sociedade empresária devedora tenha sido impontual, sem relevante razão jurídica, no cumprimento de obrigação documentada em título executivo. A impontualidade deverá ser provada necessariamente pelo protesto cambial ou especial, do título.

A Câmara Reservada de Direito Empresarial do ETJSP definiu: o protesto comum dispensa o especial para requerimento de falência (Súmula 41); a possibilidade de execução singular do título executivo não impede a opção do credor pelo pedido de falência (Súmula 42); no pedido de falência fundado no inadimplemento de obrigação líquida materializada em título, basta a prova de impontualidade, feita mediante o protesto, não sendo exigível a demonstração de insolvência do devedor (Súmula 43).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pois bem.

O contrato de confissão de dívida de folhas 21/28, no valor de R\$ 35.859,63, é título executivo, nos termos do artigo 585,II, do CPC.

O contrato foi protestado (folhas 29/33), comprovando-se a impontualidade.

Citada, a ré não efetuou o depósito elisivo.

Logo, presentes o requisitos para a decretação da falência.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a falência da empresa Poligran – Construção e Incorporação Ltda - ME, com fundamento no artigo 94, inciso I, da Lei 11.101/05 e fixando o termo legal de quebra 19/06/2013, ocasião em que a ação foi proposta. Fixo o prazo de 15 para as habilitações de créditos, observado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei 11.101/2005. Declaro, assim, aberta a falência da ré, na data de 06 de maio de 2015, às 15 horas e 33 minutos. Determino à falida que apresente no prazo de cinco dias, a relação nominal de credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, sob pena de desobediência, na forma do inciso III, do artigo 99 da Lei 11.101/2005. Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a falida com as ressalvas das hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º, da Lei 11.101/05. Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida, que ficam submetidas preliminarmente a autorização judicial. Oficie-se ao Registro de Público e empresas para que proceda a anotação da falência no registro de devedor, devendo constar a expressão falido, a data da decretação da falência e a inabilitação que trata o artigo 102 da Lei 11.101/05. Oficie-se aos Cartórios de Registro de Imóveis da Comarca, Ciretran da Comarca, ao Cartório Distribuidor Local, às agências bancárias com sede na Comarca, para que informem a existência de bens e direitos em nome da falida. Providencie-se, por dois oficiais de justiça, o arrolamento provisório de todos os bens a serem arrecadados. Intime-se a Falida, por meio de seus sócios, para que no prazo de 48 horas,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

comparecer em cartório a fim de cumprir o disposto no artigo 104 da Lei 11.101/05, bem assim exibir em igual prazo todos os livros comerciais da empresa e obrigatórios. Nomeio como administrador judicial Luis Gustavo Gandolpho - Empresa Adjuntus Ltda ME, fixando-se sua remuneração no percentual de 3% sobre o valor de venda dos bens da falência. **Fixo o valor de 15% sobre o valor do crédito atualizado a título de caução a ser recolhida pela empresa autora, para os honorários do administrador judicial, em 48h, sob pena de encerramento da falência por ausência de pressuposto processual de existência e de validade.** Nesse sentido: “Apelação Falência - Declaração de quebra e nomeação de administrador judicial - Aplicação do princípio da fungibilidade para conhecer do recurso interposto no mesmo prazo previsto para o de agravo de instrumento Decisão que determina, ao requerente, o depósito de caução dos honorários do administrador judicial Inconformismo - Possibilidade da exigência Incidência do art. 19 do CPC Precedentes das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Não provimento.(Relator(a): Enio Zuliani; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Data do julgamento: 08/04/2015; Data de registro: 17/04/2015)”Expeça-se edital na forma do parágrafo único do artigo 99, da Lei 11.101/05. Condene a empresa ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 15% sobre o valor do crédito atualizado.P.R.I.C. Ciência ao MP.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**